

**ARTIGO****RELAÇÕES BRASIL-SURINAME:  
CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA NO  
CONTEXTO DA GUERRA FRIA (1975-1985)**

**RESUMO:** O artigo trata da evolução das relações do Brasil com o Suriname por um período de dez anos, a partir de 1975. Nesse decênio, é possível observar as primeiras manifestações da identidade internacional surinamesa, bem como a atuação do Brasil para assegurar relações confiáveis com seu mais novo vizinho sem despertar protestos de hegemonia ou satelitização. O destaque vai para as relações havidas a partir de 1982, ano em que um novo golpe de Estado indicou que o Suriname poderia se tornar uma ditadura de esquerda, aliada de Cuba e da Líbia. Diferentemente do que o contexto da Guerra Fria sugeria, o governo brasileiro enviou uma missão diplomática para aprofundar a cooperação com o Suriname, logrando evitar a “cubanização” de seu vizinho.

**Palavras-chave:** Suriname – Brasil – relações internacionais

**ABSTRACT:** The present article deals on the evolution of Brazil-Suriname relations for a ten year period starting in 1975. Between 1975 and 1985, Suriname's first international identity manifestations can be observed, as can Brazil's efforts to warrant reliable relations with its then youngest neighbor, without generating protests against hegemony or 'satelitization'. Relations as from 1982 are given especial preeminence due to evidence indicating that Suriname would convert into a leftist dictatorship, allying with Cuba and Libya. Differently from what the Cold War context suggested, the Brazilian government dispatched

\*Mestrando em Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB)

a diplomatic mission aiming at enhancing cooperation with Suriname and deterring its neighbor's 'cubanization'.

**Keywords:** Suriname – Brazil – international relations

A Sérvia nunca foi um país economicamente relevante na Europa. Durante muitos séculos sob dominação otomana ou austro-húngara, sua limitada relevância estratégica se devia ao fato de estar situada na intersecção dos mundos cristão e muçulmano. A despeito dessa aparente insignificância, uma longa cadeia de relações e acontecimentos vinculados à política sérvia provocou a destruição do mundo europeu como conhecido até o século XIX durante a Primeira Guerra Mundial, e causa perturbações à segurança européia até contemporaneamente, como na questão do Kosovo.

Assim como a Sérvia, o Suriname é um país economicamente pequeno, aparentemente pouco relevante do ponto de vista estratégico e povoado por muitas etnias cuja convivência nem sempre é muito harmoniosa. Existem também, obviamente, muitas diferenças entre esses dois países. A Sérvia tinha laços políticos, econômicos e culturais com as grandes potências européias muito mais fortes do que os existentes entre o Suriname e outros países sul-americanos. Mas guardadas as devidas proporções, essa comparação é útil para alertar sobre a importância de um país como o Suriname para as relações internacionais brasileiras, notadamente nas questões de segurança e defesa. Se por um lado o potencial de ameaça militar direta que esse vizinho pode oferecer ao Brasil é muito pequeno, por outro lado sua eventual transformação em foco de terroristas, traficantes ou contrabandistas seria extremamente danosa para o Brasil, assim como teria sido durante a Guerra Fria a formação de um foco de comunistas. Da mesma forma, o risco de envolvimento de países extracontinentais no flanco norte do Brasil é claramente indesejável.

O presente artigo trata da evolução das relações do Brasil com o Suriname por um período de dez anos, a partir da independência desse último em 1975. Nesse decênio é possível observar as primeiras manifestações da identidade internacional surinamesa, bem como a atuação do Brasil para assegurar relações confiáveis com seu mais novo vizinho sem despertar protestos de hegemonia ou satelitização. O destaque vai para as relações

havidas a partir de 1982, ano em que um golpe de Estado indicou que o Suriname poderia se tornar uma ditadura de esquerda, aliada de Cuba e da Líbia. Nesse momento, enquanto Holanda e Estados Unidos optaram por sufocar a rebelião surinamesa por meio do corte da ajuda financeira que davam ao país, o governo brasileiro enviou uma missão diplomática para aprofundar o diálogo e oferecer uma opção ao Suriname. Enquanto os Estados Unidos intervinham militarmente em Granada, a pouco mais de mil quilômetros de distância da costa surinamesa, o Brasil escolheu o caminho da cooperação para evitar a “cubanização” de seu vizinho.

Adiante, um primeiro tópico apresenta o Suriname, sua situação geográfica e parte de sua história, desde o processo de independência, passando pela “rebelião dos sargentos” em 1980, até a radicalização sob o governo do comandante Desiré Bouterse, a partir de 1982. Apresentam-se também alguns aspectos das relações internacionais do Suriname e de sua política externa. Em seguida, descreve-se a situação internacional do Brasil na metade da década de 1970, as linhas gerais da política externa dos governos Geisel e Figueiredo, e o histórico detalhado das relações do Brasil com o Suriname, com as principais visitas oficiais e, sobretudo, a “missão Venturini” de 1983 e seus resultados.

## **O SURINAME: BREVE HISTÓRIA POLÍTICA E INSERÇÃO INTERNACIONAL (1975-1985)**

O Suriname é pouco referido na historiografia da América Latina. Algumas das mais respeitadas obras de história latino-americana contemporânea, como a História da América Latina de Túlio Halperin Donghi (2005) e a História da América Latina organizada por Leslie Bethell (1999), não trazem nenhuma referência à história recente do Suriname. Isso se deve basicamente a quatro motivos. O primeiro é ter apenas pouco mais de três décadas de história independente, o que explica ainda não terem surgido muitos estudos sobre o país. O segundo é ser um país de dimensões pequenas, tanto do ponto de vista territorial, quanto do populacional e do econômico, o que tende a diminuir o interesse dos pesquisadores. O terceiro é ser o único

país sul-americano colonizado pela Holanda, o que, por um lado, o exclui teoricamente do grupo dos países latino-americanos e, por outro, representa uma dificuldade a mais no acesso dos pesquisadores a documentos e obras originárias do país: a língua holandesa. E o quarto é não estar inserido nem no Cone Sul, nem no Norte Andino e nem propriamente no Caribe, ou seja, não fazer parte de nenhum dos grandes sub-complexos da América Latina, e integrar uma própria e diminuta circunstância geográfica, o Escudo das Guianas.

Sendo assim, a título de contextualização, vai-se fazer um pequeno resumo da geografia e da história surinamesas antes de passar à análise das suas relações com o Brasil.

Independente da Holanda em 25 de novembro de 1975, o Suriname é um país situado no nordeste do continente sul-americano, entre a Guiana Francesa, o Brasil e a República Cooperativista da Guiana. A fronteira com o Brasil, do extremo oeste do Amapá até o norte do Pará, é de 593 km de divisores de águas (MRE, 2008), fronteira seca coberta por floresta amazônica, atualmente foco de intensa movimentação transfronteiriça de criminosos ligados principalmente ao tráfico de entorpecentes e ao contrabando (PROCÓPIO, 2007:98). Geograficamente, o país tem o privilégio estratégico de estar situado na intersecção entre Caribe, região Andina e Brasil, além de ter seu litoral completamente voltado para o Atlântico Norte, o que o coloca numa posição vantajosa para as relações com a Europa e os Estados Unidos. Tem um território de 163.265 km<sup>2</sup>, pouco maior que o estado do Acre e pouco menor que o estado do Paraná, e uma população de 497.961 habitantes (IBGE, 2008), composta por diferentes grupos étnicos, entre os quais os principais são os indianos orientais, os indonésios, os crioulos negros e os indígenas, havendo também contingentes minoritários de brancos, árabes e chineses. Mais recentemente, tem havido imigração de brasileiros para o Suriname. Estima-se que atualmente haja em torno de 50 mil brasileiros vivendo nesse país, trabalhando nos garimpos de ouro e no comércio, e já existe na capital Paramaribo um bairro brasileiro (BBC, 2008). A língua oficial é o holandês, mas fala-se também o inglês, o hindu e um dialeto anglo-crioulo, com traços de português, chamado surinamês ou taki-taki (corruptela da palavra inglesa talk).

Em 2006, seu PIB totalizou US\$ 1,820 bilhão (IBGE, 2008). A extração de bauxita é a principal atividade econômica do país, responsável por quase oitenta por cento de suas exportações (BARSA, 1996).

Colonizado pela Companhia das Índias Ocidentais desde 1616, a então Guiana Holandesa obteve em 1954 “autonomia interna baseada num sistema político de tipo ocidental” e organizou-se em um sistema partidário de base étnica. A autonomia política não se refletiu em independência econômica: 90% das exportações do país tinham origem numa só empresa binacional norte-americana e holandesa, a Suralco (Surinam Aluminium Company). O nacionalismo surinamês apenas começou a emergir na década de 1970. Em 1973, greves e manifestações violentas beirando a guerra civil marcaram o fim da coalizão política crioula-hindustani. O clima de insegurança provocou a fuga de indústrias estrangeiras, intensificando os problemas sociais, sobretudo o desemprego. O regime do “padroado”, que consistia na “troca de um cargo de funcionário pelos votos de uma família”, não era mais capaz de suprir as necessidades de emprego do país, onde 28% da população economicamente ativa já trabalhava como funcionária pública (TRAA, 1975).

No ano de 1973, venceu as eleições a coalizão liderada por Henck Arron, que incluía o nacionalista Eddy Bruma, advogado formado na Holanda, partidário do “poder negro” e líder do ativismo pró-independência do Suriname. Arron foi nomeado primeiro-ministro e anunciou a independência do país para 25 de novembro de 1975. A crise social, aliada à vitória do partido crioulo nas eleições, seu grave desentendimento com o partido indiano e o anúncio da independência deram início a um êxodo de quase um terço da população da colônia, principalmente entre etnias asiáticas. Estima-se que algo entre 100 e 130 mil pessoas deixaram o Suriname rumo à Holanda nos anos em torno da independência.

Não havia temor de que a proclamação de 1973 provocasse uma reação violenta na metrópole. Os holandeses eram conhecidos por sua política liberal e, especificamente em 1973, o governo de Haia era ocupado pelo socialista Den Uyl, que desejava “liquidar os restos do colonialismo holandês de maneira exemplar” e receava “ser obrigado pela Constituição a empregar o exército holandês para reprimir as perturbações internas”, como ocorrera nas Antilhas

em 1969. Além disso, a enorme migração levou a Holanda a manter uma ajuda financeira ao Suriname no valor de US\$ 1,5 bilhão (a ser desembolsado ao longo de vários anos), a fim de permitir a criação de novos empregos e “incitar alguns surinamitas a voltar para sua terra” (TRAA, 1975; MACDONALD, 1988).

O sistema político que existiu no Suriname entre 1975 e 1980 combinava diversas características. Foi constituído como uma democracia parlamentar de inspiração ocidental, mas combinava características do *apanjaht* e da democracia consorcional. O *apanjaht* era o sistema de partidos com identificação étnica e a correspondente disposição popular de votar por sua própria raça. Assim, o primeiro-ministro Henck Arron era membro do Partido Nacional do Suriname, majoritariamente crioulo, e detinha aproximadamente 31% dos votos; o Partido Reformista Progressivo, de maioria hindustani, era liderado por Jagernath Lachmon, com 37% dos votos; e o Partido Camponês Indonésio era majoritariamente composto por javaneses, e detinha aproximadamente 10% dos votos. Havia ainda partidos minoritários de esquerda, sendo o principal deles o radical Partido Revolucionário Popular, liderado por Michael Naarendorp, e o marxista-leninista Partido Nacionalista da República liderado por Eddy Bruma. A democracia consorcional, importada da Holanda, consistia numa forma de governo em que as divisões étnicas ou ideológicas em sociedades plurais eram apaziguadas por meio de sistemas de proporcionalidade e compartilhamento de poder (MACDONALD, 1988:106).

O governo de Arron, a despeito dos conflitos étnicos (especialmente entre indianos e crioulos) e da maioria apertada no Parlamento, transcorreu sem grandes percalços. O primeiro-ministro tomou medidas estatizantes como o aumento dos impostos sobre a Suralco e a compra de participações em empresas estrangeiras, bem como inscreveu o Suriname na Associação Internacional da Bauxita (GLOBO, 1980a). Em 1976, o primeiro-ministro e chanceler surinamês Henck Arron fez sua primeira visita oficial a um país estrangeiro, o Brasil, tendo sido recebido pelo chanceler Azeredo da Silveira e outros ministros de Estado (RESENHA, 1976). Em 1977, o Suriname foi admitido na Organização dos Estados Americanos.

No mês de janeiro de 1980, a crise econômica e social refletiu-se numa greve de soldados do exército, que exigiam “aumento de soldos, melhores

oportunidades de promoção e maior liberdade no relacionamento com os oficiais do Exército” (GLOBO, 1980a). A resistência do governo em ceder às exigências dos suboficiais e dos soldados prolongou as tensões. Em represália à dura repressão governamental – proibição de funcionamento do sindicato dos soldados, condenação de membros do sindicato à prisão e promoção de busca no domicílio de sindicalistas num domingo (24 de fevereiro de 1980) – três sargentos do Exército lideraram entre 150 e 300 soldados numa rebelião, que derrubou o poder estabelecido e provocou a fuga do primeiro-ministro Henck Arron para a Guiana Francesa, deixando um saldo de seis – na versão oficial – a quase oitenta mortos – em versões que chegaram à Guiana Francesa (JORNAL DO BRASIL, 1980c). Entre as 2 e as 10 horas da manhã do dia 25 de fevereiro de 1980, os revoltosos atacaram o Quartel-General do Exército, dominaram uma canhoneira e bombardearam o Quartel-General da Polícia (JORNAL DO BRASIL, 1980b).

Após o sucesso do levante, foram cortadas as comunicações com o exterior, ocupados todos os quartéis e desarmada a polícia civil. Em seguida, os líderes da rebelião, os sargentos Badresein Sital e Laurens Neede – auto-proclamados Conselho Militar Nacional, juntamente com os sargentos Ramons Abrahams, Denis Horb, Charles Nelson Mijanls, Stanley Joeman e Desi Bouterse e o tenente Michael Van Rey – publicaram um comunicado em nome dos revoltosos, em que garantiam o respeito aos princípios democráticos e do interesse geral da população do Suriname, e ao mesmo tempo pediam ao povo a obediência às ordens do Conselho (JORNAL DO BRASIL, 1980a; GLOBO, 1980b). No dia seguinte, pela televisão, “os sargentos prometeram criar uma junta civil” o mais rápido fosse possível. (JORNAL DO BRASIL, 1980b). No dia 28 de fevereiro, o sargento Neede confirmou a suspensão por tempo indeterminado das eleições marcadas para o dia 27 de março de 1980.

A “rebelião dos sargentos”, como ficou conhecido o episódio, foi um golpe militar sem qualquer semelhança com os golpes que caracterizaram a política latino-americana desde 1960. Não tinha caráter revolucionário, tampouco reacionário. Não partiu de preocupações relacionadas à Guerra Fria. Não seguiu a lógica das doutrinas de segurança inspiradas nos Estados Unidos, nem de alinhamentos à União Soviética. Foi um levante militar provocado por

questões exclusivamente internas, quase que limitadas ao espectro das relações da classe militar com o governo. Mas o caráter não-ideológico do levante não era evidente para a comunidade internacional. Os Estados Unidos estavam preocupados nessa época com a disseminação de revoluções marxistas na América Central e no Caribe. A Revolução Sandinista logrou tomar o poder em 1979 na Nicarágua, reanimando o movimento revolucionário também em El Salvador (ATKINS, 1999:309). Jamaica e Granada estavam se aproximando de Cuba em 1980. No norte da América do Sul, ao lado do Suriname, a Guiana servira de “ponto de reabastecimento de aviões cubanos a caminho de Angola”. Os norte-americanos cogitaram estabelecer uma base da OTAN em alguma das colônias insulares holandesas (CARLOS, 1980). Com a reversão da ordem constitucional, o Suriname poderia se tornar um foco de instabilidade na América do Sul.

O presidente Johan Ferrier, que no regime parlamentarista surinamês representava mais uma autoridade moral que política, inicialmente foi mantido no posto, compondo o governo com membros de partidos minoritários de esquerda e partidos da oposição. Os três antigos partidos do apanjaht, desacreditados entre os novos governantes militares, foram banidos. O poder passou a ser exercido de fato pelo Conselho Nacional Militar.

Em agosto de 1980, um segundo golpe – dirigido pelo agora tenente-coronel, Comandante do Exército e chefe do Conselho Nacional Militar, Desi Bouterse – depôs o presidente Ferrier e o substituiu por Henk Chin-A-Sen, que ocupava até então o cargo de primeiro-ministro (GLOBO, 1980c; JORNAL DO BRASIL, 1982a).

Afirmou-se que o principal objetivo do golpe de agosto era “alijar do Governo pessoas favoráveis a Cuba” (JORNAL DO BRASIL, 1982a). Mas essa afirmação mal-esconde a complexidade da situação. Primeiro, porque a presença da esquerda no governo era necessária para que se pudesse contar com parceiros civis e estabelecer legitimidade popular. Segundo porque o principal objetivo do golpe era mesmo fortalecer e consolidar a presença dos militares no governo (MACDONALD, 1988:108). E terceiro porque o próprio Bouterse se mostraria simpático ao socialismo cubano nos anos seguintes, de maneira que não se sabe ao certo se o que houve foi uma



mudança na orientação ideológica de Bouterse, simples oportunismo pragmático ou se o comunicado foi apenas uma mentira utilizada para justificar a deposição de Ferrier.

Assim, o período entre 1980 e 1982 foi de consolidação dos militares no poder e eliminação de rivais. (MACDONALD, 1988:108). Essa fase intermediária incluiu o desmantelamento de um golpe organizado pelo vice-presidente deposto André Haakmat em 1981, e encerrou-se com dois novos golpes de estado em 1982, o primeiro, bem sucedido e o segundo, não.

No dia 4 de fevereiro de 1982, antes do segundo aniversário da rebelião dos sargentos, os militares surinameses, liderados mais uma vez pelo Comandante do Exército Desi Bouterse, depuseram o presidente Chin-A-Sen. A presidência da República passou a ser exercida interinamente por Bouterse. Embora Chin-A-Sen ocupasse apenas um cargo decorativo – o poder estava nas mãos de Bouterse e seus aliados militares desde 1980 (FOLHA DE S. PAULO, 1982a; MACDONALD, 1988:108; GUERREIRO, 1985:5) –, o clima político no país antes do golpe parecia estável. O presidente Chin-A-Sen contava com apoio popular e sindical, e os diplomatas brasileiros servindo em Paramaribo não perceberam qualquer anormalidade. Poucos dias antes do golpe – no dia 25 de janeiro de 1982 –, o chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro, havia visitado o Suriname e fora recebido conjuntamente pelo presidente Chin-A-Sen e pelo coronel Bouterse sem que houvesse nenhuma animosidade aparente (JORNAL DO BRASIL, 1982a). Os motivos do golpe de 4 de fevereiro foram os desentendimentos entre o Conselho Nacional Militar e o presidente quanto à orientação pró-socialista e do estreitamento dos laços com Cuba, defendidos por Bouterse, bem como quanto ao retorno das eleições diretas, defendido por Chin-A-Sen (DEW, 1983:4; GLOBO, 1982a).

O segundo golpe partiu do mesmo grupo reacionário que tentou tomar o poder em 1981. Eram dissidentes da rebelião dos sargentos, insatisfeitos com os rumos que o país vinha tomando, sobretudo com a orientação socialista e neutralista imposta por Bouterse. No dia 11 de março de 1982, oficiais direitistas chefiados pelos tenentes Surendre Rambocus e Henri Gorre e pelo sargento-major Wilfred Hawker anunciaram ter deposto o governo esquerdista do Suriname. Mas o presidente conseguiu escapar e reuniu suas forças nos

arredores da capital, preparando uma eficaz contra-ofensiva. No dia 15 de março, Bouterse já tinha retomado o poder após haver capturado e fuzilado o sargento-major Hawker (DEW, 1983:4; CORREIO BRAZILIENSE, 1982a; GLOBO, 1982b; JORNAL DA TARDE, 1982; FOLHA DE S. PAULO, 1982b).

Em 1º de abril de 1982, foi empossado um novo governo civil, liderado pelo primeiro-ministro Henry Neyhorst. Após uma série de greves e protestos contra a orientação considerada excessivamente esquerdista do governo, o coronel Desi Bouterse voltou a assumir o controle absoluto do Suriname em 8 de dezembro de 1982 (DEW, 1983:4-5; FOLHA DE S. PAULO, 1982c). Ocorreu então, na semana seguinte, outro fato marcante, que ficou conhecido como o “massacre de dezembro”. Quinze líderes da oposição foram fuzilados pelo governo de Bouterse. Trinta-e-seis outros opositores foram assassinados sob alegação de estarem tentando escapar da prisão (DEW, 1983:6). O regime impôs um rigoroso toque de recolher, censurou a imprensa e interrompeu as comunicações com o exterior.

A repressão no Suriname, segundo testemunhos, contava com a participação de agentes cubanos e nicaragüenses. Na Europa e nos Estados Unidos, surgiram preocupações de que o Suriname pudesse se transformar em “uma 'cabeça de ponte' cubana para ameaçar as Antilhas Holandesas, no Caribe, a Guiana, a Venezuela e o próprio Brasil” (GLOBO, 1982c). As mortes de dezembro de 1982 marcam o fim da fase de consolidação de Desi Bouterse no poder e o início de um governo autoritário que apenas se encerraria em 1986.

O massacre de dezembro provocou reações intensas no meio internacional. A Holanda suspendeu prontamente o remanescente da ajuda financeira prometida em 1975, que ainda contava US\$ 750 milhões e que representava aproximadamente um terço do PIB surinamês. Os Estados Unidos também suspenderam a ajuda econômica de US\$ 1,5 milhão que davam ao país (MACDONALD, 1988:109; GLOBO, 1982c; JORNAL DO BRASIL, 1982b).

Entre 1980 e 1982, os observadores internacionais acreditavam que o país estava passando por uma guinada rumo à esquerda. Em diversas circunstâncias, Bouterse afirmou que transformaria o Suriname em um país socialista e revolucionário e conduziu as relações internacionais do Suriname para um novo formato. Desapareceu a quase-exclusividade de relações com a

antiga metrópole, Holanda, e com a superpotência capitalista, Estados Unidos, em favor de uma diversificação de contatos, sobretudo com representantes da esquerda latino-americana. Foram estabelecidas relações com os sandinistas na Nicarágua, com Cuba e com o movimento New Jewel em Granada. A Líbia também intensificou sua atuação no Suriname (MACDONALD, 1988:118).

Os holandeses, cuja reação em 1980 fora apenas de desapontamento, foram duros após o massacre de 1982. Suspenderam a ajuda financeira e se mantiveram comprometidos com a democratização do Suriname, em oposição a Bouterse. Com efeito, a perspectiva de liberação dos US\$ 750 milhões restantes da ajuda prometida em 1975 era uma forte motivação para os opositores de Bouterse no Suriname. Os Estados Unidos se mantiveram afastados. Embora tenham cogitado promover um golpe para depor Bouterse, acabaram dando preferência às atuações holandesa, brasileira e francesa que, do ponto de vista americano, serviam bem aos seus interesses (MACDONALD, 1988:117-118).

Os líbios chegaram a manter uma missão de aproximadamente cem instrutores militares. Acreditava-se que a Líbia poderia mandar tropas, caso o governo de Bouterse fosse desafiado por potências estrangeiras. O Suriname era considerado estratégico para os líbios em razão de sua vizinhança com a Guiana Francesa e sua proximidade com o Caribe, onde haviam grandes interesses norte-americanos e franceses. A presença líbia foi intensificada entre 1983 e 1986. Vale lembrar que a Líbia era considerada um inimigo perigoso do Ocidente capitalista, e colaborou com atividades terroristas contra pessoal norte-americano na Alemanha Ocidental, provocando a retaliação dos Estados Unidos com um ataque a Trípoli em 1986 (MACDONALD, 1988:114). Nicaragüenses e cubanos também intensificaram suas relações com o Suriname em 1982. Os sandinistas da Nicarágua enviaram em torno de trinta a cinquenta especialistas em logística e comunicações para organizar os “comitês populares” organizados pelo regime de Bouterse e criar uma milícia popular. Cuba foi um centro de treinamento de membros do partido de esquerda surinamês, o Partido Popular Revolucionário. Cogita-se que tenha havido uma presença de quinhentos cubanos no Suriname, e que eles tenham sido os responsáveis pelas execuções de dezembro de 1982 (GLOBO, 1982c).

Observadores internacionais afirmaram que o Suriname estava caminhando para um regime comunista ao estilo cubano (ESTADO DE SÃO PAULO, 1982).

Desde o começo, mas principalmente após 1982, Desi Bouterse não mostrou ter um projeto estratégico claro para a inserção internacional do Suriname. Macdonald descreve a orientação internacional surinamesa sob Bouterse: “the 'revolution' followed an erratic course between the Left and the Right, complete with linkages, at various times or simultaneously, with Cuba, Brazil, and Lybia” (1988:109).

O “movimento errático” da política externa surinamesa deve ser explicado, à moda da Escola Francesa de história das relações internacionais (DUROSELLE, 2000), com recurso às forças profundas e aos homens-de-Estado<sup>1</sup>. Entre as forças profundas deve-se destacar: (1) as constantes tensões étnicas, herança do projeto colonizador holandês; (2) a dependência econômica da produção e exportação de bauxita; e (3) a adoção do autoritarismo como regime de governo.

Sobre o primeiro ponto, não há muito o que explicar. A força das identidades étnicas – o sentimento de pertencer a um determinado grupo racial – sobrepujando a identidade nacional no Suriname dessa época, trouxe um poderoso fator de instabilidade ao país.

Quanto à dependência da bauxita, a renda oriunda do extrativismo mineral provoca efeitos sociais e econômicos danosos, conhecidos como “doença holandesa”. As enormes margens de lucro do extrativismo superam facilmente outras fontes de renda. O câmbio é apreciado, favorecendo as importações de bens de consumo e prejudicando outros setores de exportação. Os setores agrícola e industrial entram em declínio, tornando a economia cada vez mais dependente do setor extrativista mineral e emulando comportamentos de *rent-seeking*<sup>2</sup>. Além disso, como o setor extrativista é intensivo em utilização de capital, ele provê poucos empregos e poucas

---

<sup>1</sup> Edward Dew propõe uma explicação que combina elementos dos sistemas de causalidades e.g. o regime autoritário e de finalidades e.g. a paranóia do chefe-de-Estado. Segundo Dew, “Bouterse's commandos [can be seen] as fundamentally pragmatic power-seekers succumbing to the paranoia that all illegitimate leaders are heir to” (DEW, 1983:7).

<sup>2</sup> *Rent-seeking* é uma expressão correntemente utilizada na literatura de economia política internacional que designa o comportamento de busca de obtenção ou preservação de renda através de meios políticos, em vez de meios economicamente saudáveis como o trabalho ou a inovação empreendedora (KRUEGER, 1990).

conexões com o restante da economia (COPINSCHI, 2007:126). O Suriname sofre, portanto, com uma “maldição da bauxita”, semelhante à “maldição do petróleo” que acomete muitos países africanos. Os resultados sociais, no período estudado, foram o inchaço do setor governamental, com mais de um quarto da população economicamente ativa empregada no funcionalismo público; a adoção de práticas políticas pervertidas, como o já mencionado regime do “padroado” – uma espécie de *rent-seeking*; e, finalmente, a exacerbação das disputas por renda e sua tradução em movimentos sociais violentos, como a rebelião dos sargentos, cujo objetivo mal-disfarçado era, em última análise, a obtenção pela força das vantagens escassas oriundas da renda do extrativismo da bauxita.

O regime autoritário também é um aspecto essencial dentro do sistema de causalidades que ajuda a explicar as relações internacionais do Suriname. Segundo Gaddis, esse regime de governo atrapalha a formulação de uma política externa condizente com a realidade, porque os atores governamentais se sentem pouco à vontade para contrariar o chefe-de-Estado, mesmo que se apercebam de seus erros, produzindo assim um processo irracional de tomada de decisões (GADDIS, 1997:506). No caso de Bouterse, o assassinato não apenas de opositores mas também de ex-colaboradores de seu regime criou um clima pouco favorável à expressão de opiniões contrárias, e ajudou a produzir um governo esquizóide.

Quanto à psicologia de Desi Bouterse, existem mais dúvidas que certezas. É possível que se trate de uma personalidade psicótica – o que não é raro entre ditadores – a julgar por fatos como sua ameaça de inundar a capital Paramaribo explodindo a represa a jusante, caso ele fosse derrotado pelas forças rebeldes (MACDONALD, 1988:119), além dos testemunhos de que o ditador teria executado pessoalmente alguns de seus inimigos (DEW, 1983:4; ESTADO DE SÃO PAULO, 1983a). Mas é também possível que sua aparente irracionalidade fosse parte de um projeto pragmático destinado a conseguir no exterior os insumos financeiros para sua manutenção no poder, em substituição às verbas que acabara de perder da Holanda e dos Estados Unidos. Assim, à moda da “equidistância pragmática” praticada pelo Brasil durante a Segunda Guerra Mundial (CERVO e BUENO, 2002:250), é possível

que Bouterse tenha se aproveitado da Guerra Fria e das animosidades entre Brasil de um lado e Cuba e Líbia do outro, para tentar obter vantagens destinadas ao sucesso de seu projeto pessoal de poder.

### **BRASIL: POLÍTICA EXTERNA PARA O SURINAME (1975-1985)**

No ano de 1975, o Brasil vivia um momento de otimismo, dosado pelas preocupações com o preço do petróleo. Após ostentar por vários anos seguidos taxas de crescimento econômico superiores a 10% ao ano, que levaram o Brasil à posição de oitava maior economia mundial, a crise do petróleo de 1971 vinha surtindo efeitos perniciosos na balança de pagamentos brasileira, ameaçando o projeto nacional-desenvolvimentista de industrialização apoiada por investimentos estatais. Esse novo cenário impôs transformações à atuação internacional brasileira.

Ao assumir a presidência em 1974, o general Ernesto Geisel deu início à política externa que chamou de *Pragmatismo Responsável*. A nova política externa representou a ultimção da “mudança de ênfase da área de segurança para a área de desenvolvimento” (VIZENTINI, 1998:206). Duas diretrizes dominaram a orientação externa brasileira: assegurar o fornecimento de petróleo e garantir mercados de exportação para os produtos brasileiros.

A fim de aproximar-se dos países árabes e assegurar o abastecimento de petróleo, o Brasil abandonou a imparcialidade formal (favorável a Israel) no conflito israelo-palestino. Para expandir o mercado de exportações junto aos países africanos, reduziu a intensidade das relações com a África do Sul e abandonou o apoio ao colonialismo português, reconhecendo imediatamente a independência de Angola sob o governo de esquerda do MPLA, em 1975. Reforçou as relações com a Europa Ocidental, o Japão e o Canadá, porque representavam uma alternativa a Washington e, nessa mesma lógica, manteve a aproximação comercial e técnica com o Leste Europeu e reatou as relações diplomáticas e comerciais com a China Popular. Quanto ao reingresso de Cuba na Organização dos Estados Americanos, o Brasil absteve-se de votar (para não votar a favor – o que provocaria reações internas, por parte da linha-dura – e para não votar contra – o que provocaria acusações de subimperialismo a serviço dos Estados Unidos, nos vizinhos americanos) (PINHEIRO, 1987).

O grupo de militares conservadores conhecido como a “linha-dura” fez oposição ao reatamento das relações com a República Popular da China e ao reconhecimento da independência de Angola, e sua presença influenciou no voto do Brasil quanto ao reingresso de Cuba na OEA. Ainda era forte entre esses militares a doutrina das “fronteiras ideológicas”, segundo o qual o conceito de soberania “não mais se fundaria em limites e fronteiras geográficas dos Estados e sim no caráter político e ideológico dos regimes” (MONIZ BANDEIRA, 2003:386). Assim sendo, os Estados americanos deviam intervir em qualquer outro país do continente para manter afastada a ameaça comunista. Com base nessa divisão, o Brasil deveria ter relações apenas com os países do mundo ocidental-capitalista, deixando de lado os países comunistas. A grande conquista do presidente Geisel em matéria de política externa foi tê-la libertado da “camisa de força ideológica que dificultara [...] a diversificação das relações do Brasil” (PINHEIRO, 2004:45), permitindo ao país comportar-se da maneira que fosse mais conveniente do ponto de vista do projeto nacional-desenvolvimentista.

Assim, livre da doutrina das fronteiras ideológicas, o Brasil podia começar a libertar-se da pecha de imperialista, subimperialista, ou aliado-chave dos Estados Unidos no subcontinente. A atuação continental do governo brasileiro durante os governos de Castelo Branco, Costa e Silva e Médici – a participação na intervenção norte-americana na República Dominicana (1965), a “Operação Trinta Horas”, que programava a invasão do Uruguai caso vencessem as eleições as forças de esquerda (1971), o envolvimento nos golpes de estado na Bolívia (1973) e no Chile (1973) – levava os vizinhos latino-americanos a agudas desconfianças. Assim, nos governos de Geisel e Figueiredo, “o Brasil procurava desfazer a imagem de uma pretensa hegemonia perseguida no continente” (MIYAMOTO, 1989:147). Estava aberto o caminho para uma relação mais cooperativa com a América do Sul.

Especificamente a região das Guianas passou a receber maior atenção do governo brasileiro, na década de 1970, em grande parte devido às doutrinas de geopolítica formuladas na Escola Superior de Guerra (ESG), por Golbery do Couto e Silva, Mário Travassos, Carlos de Meira Mattos, entre outros, que destacavam a necessidade de proteger as fronteiras e ocupar a Amazônia. Notadamente o trabalho do general Meira Mattos, sugeria substituir a

rivalidade do Brasil com a Argentina por uma relação mais cooperativa, o que liberaria recursos para que o Brasil se concentrasse na defesa da região Norte (KELLY, 1984:459).

A política externa brasileira de apoio à descolonização permitiu o pronto reconhecimento da independência do Suriname pelo governo Geisel (VIZENTINI, 1998:230). O primeiro contato oficial entre os dois países foi a visita do primeiro-ministro e chanceler surinamês Henck Arron, de 21 a 25 de julho de 1976. Nessa ocasião, o chanceler brasileiro Azeredo da Silveira ressaltou a importância dos princípios da integridade territorial dos Estados e o da inviolabilidade de suas fronteiras (RESENHA, 1976:41), eliminando assim a chance de reclamações futuras por parte do Suriname com relação à fronteira com o Brasil. Foram assinados, nessa ocasião, os primeiros tratados bilaterais: um Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, um Convênio de Intercâmbio Cultural e um Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. Foi instituída uma comissão mista Brasil-Suriname, para analisar os meios necessários a aumentar o intercâmbio comercial bilateral e a cooperação econômica, técnica e científica entre ambos.

O Suriname também apareceu na política externa de Geisel em razão do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 1978, juntamente com Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Guiana. Para o Brasil, era interessante aproximar-se dos vizinhos do Norte porque a maioria dos países amazônicos possuía reservas de petróleo e potencial para se tornar consumidor de produtos industrializados brasileiros. Uma análise mais detida permite observar uma grande gama de objetivos que a diplomacia brasileira esperava alcançar com o tratado. Um deles era trazer para as discussões a Guiana e o Suriname, “tirando-as do isolamento a que estavam submetidas como ex-colônias” (MIYAMOTO, 1989:149-150).

Mas com o Tratado de Cooperação Amazônica a diplomacia brasileira pretendia também melhorar as relações bilaterais com os países vizinhos, diminuir o risco de intervenção de potências extracontinentais na Amazônia, afastar temores quanto ao suposto expansionismo brasileiro e, enfim, adquirir aliados mais próximos (ou oponentes menos unidos) que permitissem ao Brasil uma base continental sólida para sua política externa independente (FERRIS, 1981:161).



Para Celso Lafer, a proposta do pacto amazônico tinha por objetivo criar um clima cooperativo na bacia amazônica de modo a balancear as dificuldades sustentadas com a Argentina em torno da questão de Itaipu (LAFER, 1979:56). Havia mais de dez anos que os argentinos buscavam retardar a instalação da usina, porque entendiam que esse era um passo significativo na consolidação do Brasil como principal potência da América do Sul. A Argentina se utilizava de argumentos jurídicos que beneficiavam países, como ela, situados a jusante de rios internacionais. Em razão da resistência argentina, o chanceler brasileiro Azeredo da Silveira “escolheu fortalecer seus argumentos jurídicos na questão dos rios mediante a melhoria dos laços políticos e econômicos com aqueles países nos quais o Brasil tem uma posição a jusante”, que eram exatamente os países amazônicos (SPEKTOR, 2002:95).

A solução do contencioso da Bacia do Prata, pelo presidente Figueiredo em 1979, permitiu ao Brasil aprofundar a nova orientação sul-americana da política externa brasileira, timidamente iniciada no governo Geisel.

### **FIGUEIREDO: UM EXERCÍCIO DE SEGURANÇA SOB A DIRETRIZ DESENVOLVIMENTISTA**

Em 1979, junto com a posse do presidente João Figueiredo no Brasil, tiveram início transformações no cenário internacional que desfavoreceram gravemente a posição do País no mundo. Desde a primeira crise do petróleo de 1971, países subdesenvolvidos importadores líquidos de petróleo, como o Brasil, “tiveram de endividar-se para continuar a sustentar o nível de atividade”. Entretanto, antes de 1979, os petrodólares abundantes tinham mantido os juros internacionais a taxas praticamente negativas. Quando uma nova crise do petróleo assolou o planeta em 1979, o desequilíbrio nas balanças de pagamentos dos Estados Unidos e da América Latina provocou “a elevação descomunal das taxas de juros (agora flutuantes) dos empréstimos contraídos em dólar, com terríveis conseqüências para os tomadores”. As taxas de juros atingiram picos de 21% ao ano a partir de 1979, o que teve efeitos avassaladores para a balança de pagamentos brasileira (ALMEIDA, 2001:116).

Em 1980, os Estados Unidos elegeram para a presidência da república um conservador, o republicano Ronald Reagan, que intensificou as hostilidades

com a União Soviética, levando alguns historiadores a denominarem o período de 1980 a 1988 de “Segunda Guerra Fria” (HOBBSAWM, 1997:242). Para a América Latina, a retomada do enfoque ideológico dos conflitos e o abandono das tentativas de Diálogo Norte-Sul pelos Estados Unidos manifestaram-se bastante claramente por ocasião de três eventos.

Primeiro, durante a Guerra das Malvinas (1982), os Estados Unidos manifestaram apoio à Grã-Bretanha em detrimento de suas relações com a Argentina. Esse fato expôs a fragilidade do sistema interamericano de segurança (TIAR) quando confrontado com a aliança do tratado do Atlântico Norte (OTAN). Segundo Letícia Pinheiro, a crise das Malvinas evidencia que “a falência do sistema interamericano se devia ao fato de este ter sido montado, desde o início, sobre a falácia do alinhamento automático aos Estados Unidos”, isto é, sobre o discurso de que a paz e a segurança no hemisfério americano dependiam tão-somente do alinhamento da América Latina aos Estados Unidos (PINHEIRO, 1986:595). Segundo, ainda em 1982, a CIA organizou e financiou um grupo paramilitar de direita na Nicarágua, com o objetivo de combater a Revolução Sandinista. E terceiro, em 1983, os Estados Unidos invadiram a república de Granada que, assim como a Nicarágua, sofrera um golpe de Estado de orientação marxista. Esses dois últimos acontecimentos deixaram claro que os norte-americanos não titubeariam em utilizar meios militares para combater a ascensão de governos de esquerda no subcontinente.

Assim, a interrupção da *détente* e a acirramento do conflito ideológico Leste-Oeste promovidos pelo presidente dos Estados Unidos a partir de 1981, aliados à crise e ao desmantelamento do movimento terceiro-mundista, puseram fim às tentativas de diálogo Norte-Sul e às políticas reivindicatórias que se baseavam nessa divisão vertical do mundo (SENNES, 2003:66-73).

O desafio da diplomacia brasileira do período era, pois, harmonizar esse contexto externo que impelia a pensar as relações internacionais em termos de segurança, com o âmbito interno em que a segurança vinha sendo substituída pelo desenvolvimento como tema prioritário desde o governo do presidente Geisel. Era indispensável lidar adequadamente com os riscos de subversão interna, exportação de revoluções comunistas ou explosão de conflitos convencionais que pudessem trazer o conflito Leste-Oeste para o território da

América do Sul e, ao mesmo tempo, fazê-lo de uma tal maneira que deixasse clara a opção brasileira por pensar as relações internacionais em termos de cooperação para a promoção do desenvolvimento.

É exatamente nessa encruzilhada que se situam as relações bilaterais entre Brasil e Suriname do período. A alteração anormal da ordem política surinamesa que teve início com a “rebelião dos sargentos” em 1980 e se consolidou com o “massacre de dezembro” de 1982, trouxe consigo um potencial de radicalização à esquerda. Além disso, a reação da comunidade internacional aos eventos de 1982 – suspensão da ajuda financeira pela Holanda e pelos Estados Unidos – forçou o Suriname a buscar outras fontes de recursos, ainda que fosse preciso flertar com países comunistas.

Após o golpe de 1980, o governo brasileiro manteve sua posição tradicional de não-intervenção em assuntos internos de outros países (GLOBO, 1980a). A Venezuela, a título de comparação, imediatamente manifestou por meio de seu chanceler que “não [considerava] positiva a interrupção da ordem democrática no Suriname” e que poderia suspender a assistência que dava ao país (GLOBO, 1980b).

Durante 1981, o Brasil manteve relações normais com o Suriname. A rebelião dos sargentos apenas aumentou a atenção da diplomacia brasileira com relação ao país. No início de 1982, ainda sob a presidência de Henck Chin-A-Sen, o chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro promoveu uma visita oficial ao Suriname. Em 25 de janeiro de 1982, Saraiva Guerreiro discursou em Paramaribo. O chanceler começou seu discurso descrevendo o contexto internacional e criticando a postura militarista dos Estados Unidos, ao estender automaticamente o conflito Leste-Oeste à América Latina:

O panorama internacional se caracteriza, na atualidade, pela exacerbação dos conflitos, pela sucessão de crises e pelo recrudescimento das confrontações, em prejuízo da convivência harmoniosa e pacífica entre os povos. A cooperação internacional para o desenvolvimento é posta em plano secundário com relação a concepções centradas nos conceitos de segurança e poder. [...] Tensões provenientes de outras regiões são transferidas a áreas do Terceiro Mundo, agravando freqüentemente a resolução de problemas regionais. Intensifica-se a corrida armamentista, [...] com um desperdício insano de

recursos tão necessários à correção dos desequilíbrios econômicos internacionais. (RESENHA, 1982:61-62)

Também está contida nesse discurso a “tese da cooperação necessária” (RIBAS, 2006). Segundo essa tese, surgida na diplomacia de Juscelino Kubitschek, o fortalecimento das economias periféricas era a maneira mais eficaz de integrá-las ao esforço comum de proteção do hemisfério. Assim, a promoção do desenvolvimento era essencial à segurança continental e poderia evitar a posterior intervenção nos países que, impulsionados por forças sociais internas, acabassem adotando o caminho da revolução e fossem cooptados pela estratégia global da União Soviética.

Saraiva Guerreiro prossegue afirmando que o Brasil pretendia adotar a tese da cooperação necessária nas suas relações com os países vizinhos:

Estamos permanentemente dispostos a renovar nossos esforços em favor do estabelecimento de uma ordem internacional caracterizada pelas relações de cooperação, e não de poder, pela igualdade, e não pela hegemonia [...]. (RESENHA, 1982:62)

Por fim, critica a um só tempo as condutas dos Estados Unidos e de Cuba com relação à América Central, os primeiros porque praticavam a intervenção nos assuntos internos e a última porque mantinha programas de exportação e fomento de movimentos revolucionários:

Pela proximidade geográfica e pelos laços da amizade e cooperação que mantém com os países da América Central e do Caribe, o Brasil almeja que as situações de crise na região possam ser superadas, sem ingerências externas e com respeito à autodeterminação de seus povos, mediante o encaminhamento de soluções pacíficas e democráticas (RESENHA, 1982:62).

Assim, uma inovação da política externa brasileira sob o presidente Figueiredo, não apenas em relação ao Suriname, mas em relação a toda a América Latina, foi a utilização da tese da cooperação necessária para fundamentar discursivamente a substituição da identidade imperialista, subimperialista ou hegemônica que era atribuída ao Brasil, por outra

cooperativa, confiável e igualitária nas relações com a região. Durante o governo de Figueiredo, a tese da cooperação necessária deixou de ser um discurso direcionado ao comportamento dos países ricos e passou a pautar o comportamento do Brasil que, dessa forma, teve no Suriname uma chance de demonstrar a eficácia dessa tese na contenção da subversão comunista.

A importância da visita de Saraiva Guerreiro ao Suriname não impediu que apenas dez dias depois, em 4 de fevereiro de 1982, Bouterse tomasse o poder no país e desse início a um processo de radicalização e aprofundamento do autoritarismo instalado.

Com o massacre de dezembro de 1982, “tudo indicava que o Bouterse ia para uma posição de extrema esquerda, ligando-se a Cuba” (GUERREIRO, 1985:10). Na opinião de Saraiva Guerreiro, a Holanda e os Estados Unidos suspenderam a ajuda ao Suriname porque acreditavam que “Bouterse não poderia durar muito sem a ajuda da Holanda” (GUERREIRO, 1985:6). O chanceler brasileiro preferiu não estabelecer datas para a queda de Bouterse e, enquanto isso não ocorresse, era importante evitar o isolamento do Suriname. O governo brasileiro se manteve bem informado, inclusive com uma missão secreta do Serviço Nacional de Informações (SNI) ao Suriname (GUERREIRO, 1985:7).

O temor brasileiro em relação à radicalização no Suriname, expresso em diversas ocasiões na mídia escrita, se explicava porque Bouterse “começou a falar muito contra o imperialismo, contra os monopolistas, uma atitude de independência, Terceiro Mundo, países não alinhados, etc., em termos violentos”. Além disso, se mostrava “simpático à causa marxista, e via com agrado a possibilidade de explorar as relações com o regime de Fidel Castro”. Tanto Cuba quanto a Líbia se aproveitaram da fresta ideológica oferecida pelo novo ditador surinamês, e enviaram diplomatas e instrutores militares ao país, provocando preocupações também entre as Forças Armadas brasileiras, o próprio presidente Figueiredo e o governo norte-americano (GUERREIRO, 1985:7-8; MIYAMOTO, 1989:154). Por outro lado, o Itamaraty tinha bem claro que “Bouterse não era um ideólogo marxista-leninista”, não tinha uma opção ideológica clara (GUERREIRO, 1985:11) Como visto, sua vinculação a partidos radicais de esquerda foi consequência do rompimento com a antiga ordem

surinamesa, e não uma escolha ideológica (MACDONALD, 1988:108). Portanto, Bouterse poderia aceitar a inserção internacional de seu país no âmbito do Ocidente capitalista, desde que ela se mostrasse política e economicamente sustentável.

Desde 1980, o Brasil tinha poucas condições de oferecer ajuda financeira ao Suriname ou a quem quer que fosse, em razão da crise da dívida. Naquele ano, o chanceler apresentou pessoalmente um projeto de cooperação com a Guiana e o Suriname ao presidente Figueiredo, “que achou ótimo, gostou muito das informações”, mas replicou que não tinham dinheiro naquele momento para implementá-lo (GUERREIRO, 1985:5). Diante da situação, Saraiva Guerreiro entendeu que seria importante manter o Brasil como uma alternativa para Bouterse.

No começo de abril de 1983, teve início um rápido processo de inteligência que envolveu o presidente da República, membros do Conselho de Segurança Nacional, o chefe do Gabinete Militar, Danilo Venturini, o chefe do SNI, Otávio Medeiros, além do Ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro. O presidente decidiu “que o [ministro Danilo] Venturini fosse como emissário pessoal dele ao Suriname” (GUERREIRO, 1985:8) com o objetivo de contrapor-se à cubanização daquele país e “impedir que a América do Sul fosse envolvida pela confrontação Leste-Oeste” (MIYAMOTO, 1989:155). Venturini foi escolhido porque, além de ser membro do mais alto escalão do governo brasileiro, era militar, como Bouterse. Além disso, sendo militar, sua ida ao Suriname serviria como mensagem clara aos cubanos (CONDE, 1983).

Entre 15 e 17 abril de 1983, o general Venturini liderou uma missão diplomática ao Suriname, que foi composta também “pelo chefe da Divisão da América do Itamaraty, Osmar Vladimir Chohfi, [pelo] conselheiro Fagundes Fernando, [pelo] coronel Quijano, do Conselho de Segurança Nacional, e [pelo] coronel Carrocho, do Serviço Nacional de Informações (SNI)” (ESTADO DE SÃO PAULO, 1983b). Programas de assistência civil e militar foram oferecidos a Paramaribo, incluindo cooperação técnica na área agro-industrial, estudos para a construção de usinas hidrelétricas e o aumento dos transportes aéreos e marítimos entre os países (CONDE, 1983), bem como “programas de treinamento militar, bolsas-de-estudo em universidades da Amazônia,

substancial incremento do comércio bilateral e até transmissão via satélite de jogos de futebol brasileiros” (JORNAL DO BRASIL, 1983). Também foi oferecida uma linha de crédito no valor de US\$ 70 milhões, utilizada principalmente para importar equipamentos militares de fabricação brasileira (MACDONALD, 1988:117).

A “missão Venturini” deu resultados. Ainda durante a visita, Bouterse disse a Venturini que “o Suriname está e pretende continuar na América do Sul, afastado como o Brasil de conflitos que lhe são estranhos”. Em discurso durante uma cerimônia, Bouterse reafirmou sua opção pela América do Sul: “O Suriname para os surinameses; o Brasil para os brasileiros; e a América do Sul para os sul-americanos” (ESTADO DE SÃO PAULO, 1983b), clara referência à Doutrina Monroe e clara resposta ao intervencionismo norte-americano da época.

Para além dos discursos, houve resultados práticos: Bouterse decidiu reformular o programa de governo que seria anunciado no dia 1º de maio, retirando-lhe o tom socializante (ESTADO DE SÃO PAULO, 1983c); em junho de 1983, Bouterse demitiu o principal simpatizante de Cuba no governo surinamês, o então Ministro Badresein Sital (CONDE, 1983; JORNAL DE BRASÍLIA, 1983) e em 27 de outubro de 1983, o Suriname rebaixou a representação diplomática cubana em Paramaribo e suspendeu, com aquele país, todos os acordos anteriormente firmados (MIYAMOTO, 1989:157; JORNAL DO BRASIL, 1983b).

O governo brasileiro teve uma postura clara sobre o problema: “resolveu bancar a estabilidade política do Suriname e aliviar as pressões dos EUA e da Holanda sobre o país, que levariam o Coronel Bouterse aos braços de Fidel Castro” (JORNAL DO BRASIL, 1983b). Com isso, ajudou a afastar o Suriname de Cuba e, mais que isso, afastar a América do Sul do conflito Leste-Oeste. Segundo Rubens Ricupero, é “a ação brasileira que afasta o risco de uma intervenção americana [no Suriname], antes de Granada, e que abre o caminho para a futura redemocratização” (RICUPERO, 1996:51). Cervo e Bueno também destacam a atuação brasileira em 1983 como tendo sido decisiva “para evitar que a crise interna [no Suriname] tendesse a uma solução enquadrada pela presença cubana no conflito Leste-Oeste” (CERVO e BUENO, 2002:451).

Entretanto, a imprensa brasileira da época exagerou o papel do Brasil nesses acontecimentos, afirmando categoricamente que “o Brasil afastou a cubanização do Suriname” (ESTADO DE SÃO PAULO, 1983b), como se esse efeito não tivesse dependido de outros aspectos da conjuntura internacional. É importante lembrar a atuação dos Estados Unidos, que não fez questão de esconder seus planos de apoiar um golpe de Estado para depor Bouterse e, em 26 de outubro de 1983, levou a cabo uma intervenção em Granada. Segundo Macdonald, “The US-led intervention in Grenada in October 1983 [...] curtailed Bouterse's flirtation with the Left: the Cuban delegation was asked to leave within days, and relations with Brazil warmed considerably” (MACDONALD, 1988:118). Com efeito, no dia seguinte à intervenção americana, Bouterse foi à televisão dizer que pretendia “evitar os erros de Granada”, justificando com isso o rebaixamento da missão diplomática cubana e o pedido de retorno do embaixador Oscar Cardenas a Cuba (JORNAL DO BRASIL, 1983b). A decisão de pedir a saída do embaixador cubano ocorreu apenas horas depois de confirmado o assalto a Granada (ESTADO DE SÃO PAULO, 1983c).

Outro exagero é interpretar os atos do governo surinamês como uma resposta inequívoca rumo a uma aproximação com o Ocidente capitalista em detrimento do Leste comunista. O Suriname continuou mantendo intensas relações com a Líbia, com programas de assistência militar e financeira (JORNAL DO BRASIL, 1986; ESTADO DE SÃO PAULO, 1986). Com a interrupção da barganha entre Brasil e Cuba, aproveitando-se do efeito simbólico do rebaixamento da delegação diplomática cubana, o Suriname pôde continuar praticando uma política externa pragmática – a exemplo da brasileira – sem amizades nem inimizades automáticas nem com os Estados Unidos nem com a União Soviética.

Ao mesmo tempo, a academia minimiza os efeitos da atuação brasileira no Suriname, porque deixa de considerar sua importância discursiva na construção, durante os anos 1980, da nova identidade sul-americana do Brasil. A maneira exemplar como o Brasil se comportou deve ser entendida não apenas no âmbito restrito daquelas relações bilaterais, mas deve ser considerada um ato de comunicação com os demais países sul-americanos, um ato de construção de confiança continental, afastamento das prevenções contra a possibilidade de um Brasil hegemônico e subimperialista.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Suriname é um país pequeno mas com um grande potencial. Assim como a Sérvia se tornou um grande problema para a Europa, o Suriname pode se tornar um problema para o Brasil, caso se transforme em abrigo de criminosos ou em alvo de intervenção de potências extracontinentais. Por outro lado, tem também potencial para ser um importante parceiro do Brasil caso consolide sua democracia e dinamize sua economia.

O momento histórico descrito no presente artigo indica importantes regularidades no comportamento de Brasil e Suriname. A conduta brasileira mostra como o país respondeu aos desafios de segurança típicos dos anos 1980, combinando tradições diplomáticas que vão do juridicismo ao pragmatismo, com o objetivo de construir uma imagem confiável perante a América do Sul. Com medidas de construção de confiança, o Brasil logrou formar uma rede de paz e cooperação no subcontinente, que foi determinante para o aprofundamento da integração regional que viria nos anos 1990 sob a égide do Mercosul. A conduta surinamesa mostra que sua jovem diplomacia também soube conduzir o país por um rumo pragmático, utilizando-se inclusive de atos de efeito retórico grandioso, como o afastamento em relação a Cuba, para criar espaço de manobra para seu projeto nacional.

Dessa maneira, para aprofundar as boas relações bilaterais, cabe ao Brasil intensificar programas de cooperação para a promoção do desenvolvimento e da democracia no Suriname. O custo dessa cooperação seria muito pequeno para o Brasil, mas seriam grandes os benefícios dela advindos: manter em segurança quase 600 km de fronteira, entre outros. O cálculo da relação entre custo econômico e benefício estratégico é claramente favorável à aproximação entre esses dois países.

## **FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **Fontes**

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. (1985) Entrevista concedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) em 8.4.1985, fita 28, versão digitada (21 páginas).

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL. (1976) “Brasil recebe o primeiro-ministro e chanceler do Suriname”, RPEB, ano III, n°. IX, p. 39-44.

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL. (1982) “Os entendimentos do chanceler brasileiro com o Suriname e com a Guiana”, RPEB n°. 32, p. 61-77.

### **Livros e periódicos**

ALMEIDA, Paulo Roberto de. (2001) “As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização”, in J. F. S. Saraiva (org.), *Relações internacionais: dois séculos de história: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: IBRI, p. 91-174.

ATKINS, G. Pope. (1999) *Latin America and the Caribbean in the International System*, Boulder-CO: Westview Press.

BARSA, Nova Enciclopédia. (1996) *Datapédia e Atlas*, Rio de Janeiro; São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda.

CERVO, Amado L. e BUENO, Clodoaldo. (2002) *História da política exterior do Brasil*. Brasília, EdUnb.

COPINSCHI, Philippe. (2007) “Governance in African Oil-Producing Countries: State, Multinational Companies and Civil Society Organizations”, *Cena Internacional* 9 (1), p. 123-139.

DEW, Edward. (1983) “Suriname Tar Baby: The Signature of Terror”, *Caribbean Review* 12 (1), p. 4-7, 34.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. (2000) *Todo império perecerá: Teoria das Relações Internacionais*, tradução de Ane Lize Spaltemberg de S. Magalhães, Brasília: EdUnB.

FERRIS, Elizabeth G. (1981) “The Andean Pact and the Amazon Treaty:

Reflections of Changing Latin American Relations”, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 23 (2), p. 147-175.

GADDIS, John Lewis. (1997) *We Now Know: Rethinking Cold War History*, Oxford: Oxford University Press.

HOBBSBAWM, Eric. (1997) *A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras.

KELLY, Philip L. (1984) “Geopolitical Themes in the Writings of General Carlos de Meira Mattos of Brazil”, *Journal of Latin American Studies* 16 (2), p. 439-461.

KRUEGER, Anne O. (1990) “Government Failures in Development”, *Journal of Economic Perspectives* 4 (3), p. 9-23.

LAFER, Celso. (1979) “Politica exterior Brasileira: balanço e perspectivas” [Separata da Revista] *Dados* 22: 49-62, apud E. G. Ferris, “The Andean Pact and the Amazon Treaty: Reflections of Changing Latin American Relations”, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 23 (2), 1981, p. 161.

MACDONALD, Scott B. (1988) “Insurrection and Redemocratization in Suriname?: The Ascendancy of the 'Third Path'”, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 30 (1), p. 105-132.

MIYAMOTO, Shiguenoli. (1989) “Diplomacia e militarismo: o Projeto Calha Norte e a ocupação do espaço amazônico”, *Revista Brasileira de Ciência Política* 1 (1), p. 145-163.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. (2003) *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul – 1870-2003)*, Rio de Janeiro: Revan.

PINHEIRO, Leticia de Abreu. (2004) *Política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

\_\_\_\_\_. (1987) *Foreign policy decision-making under the Geisel government: the President, the military and the foreign ministry*. Tese (PhD em Relações Internacionais) – London School of Economics and Political Sciences, Londres.

\_\_\_\_\_. (1986) “A Omissão Pragmática. A diplomacia brasileira na Guerra das Malvinas”, *Revista Política e Estratégia* 4 (4), p. 587-604.

PROCÓPIO, Argemiro. (2007) “A Amazônia caribenha”, *Revista Brasileira de Política Internacional* 50 (2), p. 97-117.

RIBAS, Marcelo de Oliveira. (2006) “A 'cooperação necessária' como idéia-força

na política exterior do Brasil (1958-2005)”, Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília.

RICUPERO, Rubens. “Brasil, América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular”, in José Augusto Guilhon Albuquerque (org.), *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): Crescimento, modernização e política externa* (v. 1). São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996, p. 37-60.

SENNES, Ricardo. *As mudanças da política externa brasileira nos anos 1980: uma potência média recém-industrializada*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SPEKTOR, Matias. (2002) “Ruptura e legado: o colapso da cordialidade oficial e a construção da parceria entre o Brasil e a Argentina (1967-1979)”, Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. (1998) *Política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

## **Jornais**

CARLOS, Newton. (1980) “Geopolítica para os sargentos do Suriname”, *Correio Braziliense*, Brasília, 28/2/1980.

CONDE, Carlos. (1983) “Brazil in Suriname: See How a Regional Power Acts”, *World Paper*, p. 14.

CORREIO BRAZILIENSE. (1982) “Golpe militar tem êxito em Suriname”, Brasília, 12/3/1982.

ESTADO DE SÃO PAULO, O. (1982) “Diplomatas confirmam ação de cubanos no Suriname”, São Paulo, 22/12/1982.

\_\_\_\_\_. (1983a) “Bouterse matou dois de seus opositores”, São Paulo, 5/6/1983.

\_\_\_\_\_. (1983b) “Missão no Suriname afastou 'cubanização'”, São Paulo, 20/4/1983.

\_\_\_\_\_. (1983c) “Embaixador cubano sai do Suriname”, São Paulo, 27/10/1983.

\_\_\_\_\_. (1986) “Suriname tem ajuda militar da Líbia”, São Paulo, 17/12/1986.

FOLHA DE S. PAULO. (1982a) “Forças Armadas do Surinã dão golpe e assumem poder”, São Paulo, 6/2/1982.

\_\_\_\_\_. (1982b) “No Surinã, um sargento lidera golpe de Estado”, São Paulo, 12/3/1982.

\_\_\_\_\_. (1982c) “No Surinã, Exército assume plenos poderes”, São Paulo, 9/12/1982.

GLOBO, O. (1980a) “Rebelião de sargentos derruba Governo do Suriname”, Rio de Janeiro, 26/2/1980.

\_\_\_\_\_. (1980b) “Sargentos prometem entregar o poder aos civis no Suriname”, Rio de Janeiro, 27/2/1980.

\_\_\_\_\_. (1980c) “Sindicalista pode integrar o novo governo do Suriname”, Rio de Janeiro, 3/3/1980.

\_\_\_\_\_. (1982a) “Militares do Suriname afastam premier civil”, Rio de Janeiro, 6/2/1982.

\_\_\_\_\_. (1982b) “Esquerda foi deposta no Suriname, dizem rebeldes”, Rio de Janeiro, 12/3/1982.

\_\_\_\_\_. (1982c) “Repressão no Suriname: Cuba e Nicarágua acusadas”, Rio de Janeiro, 14/12/1982.

JORNAL DA TARDE. (1982) “O fim do golpe no Suriname”, 15/3/1982.

JORNAL DE BRASÍLIA. (1980) “Golpe militar no Suriname”, Brasília, 26/2/1980.

\_\_\_\_\_. (1983) “Suriname cumpre sua parte no jogo”, Brasília, 15/6/1983.

JORNAL DO BRASIL. (1980a) “Sargentos dão golpe e tomam poder em Suriname”, Rio de Janeiro, 26/2/1980.

\_\_\_\_\_. (1980b) “Suriname sob censura é controlado por sargentos”, Rio de Janeiro, 27/2/1980.

\_\_\_\_\_. (1980c) “Suriname suspende eleições e não diz quando serão feitas”, Rio de Janeiro, 29/2/1980.

\_\_\_\_\_. (1982a) “Militares tiram Presidente e controlam o Suriname”, Rio de Janeiro, 6/2/1982.

\_\_\_\_\_. (1982b) “Esquerdização e repressão no Suriname preocupam EUA”, Rio de Janeiro, 26/12/1982.

\_\_\_\_\_. (1983a) “Mistérios demais”, Rio de Janeiro, editorial do dia 22/4/1983.

\_\_\_\_\_. (1983b) “Suriname dá 14 dias para Cuba retirar diplomatas”, Rio de Janeiro, 27/10/1983.

\_\_\_\_\_. “Suriname assinou acordo militar com governo líbio”, Rio de Janeiro, 17/12/1986.

TRAA, Martin Van. (1975) “O Surinã Independente”, Folha de São Paulo, São Paulo, 2/12/1975.

### **Páginas da internet**

BBC (British Broadcasting Corporation). (2008) “Suriname, um país distante do Brasil”, emissão radiofônica publicada na internet, capturada no endereço <http://noticias.uol.com.br/bbc/2008/03/14/ult2363u9730.jhtm>, no dia 14/3/2008.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Brasil. (2008) “Países@”, página com dados estatísticos de todos os países do mundo, capturada no endereço <http://www.ibge.gov.br/paisesat>, no dia 15/7/2008.

MRE (Ministério das Relações Exteriores), Brasil. (2008) “Divisão de Fronteiras”, página capturada no endereço <http://www2.mre.gov.br/daa/df.htm#item16>, no dia 19/6/2008.